

AUTOS N.º 0001887-17.2017.8.16.0094

Excelentíssima Senhora Juíza:

Trata-se de processo de falência do Frigorífico Larissa Ltda. com o objetivo de proceder à liquidação do passivo.

Houve determinação de venda dos bens da massa falida por meio de proposta fechada a ser enviada diretamente ao Sr. Leiloeiro, devendo estepublicar novo edital nas condições estabelecidas no mov. 1809.1.

O Sr. Leiloeiro cumpriu regularmente com as determinações do Juízo, conforme se verifica no mov. 1821.

As propostas de compra dos bens da massa falida foram apresentadas no mov. 1859 e mov. 1862.1.

Foi apresentada proposta de acordo por PAULO ROGÉRIO SPÓSITO e MARIA CRISTINA MENON SPÓSITO no mov. 1863.1.

Determinou-se a intimação da Administradora Judicial para se manifestar sobre as propostas apresentadas no feito (mov. 1864.1).

Pedido de habilitação de crédito nos movs. 1867.1, 1868.1, 1871.1 e 1872.1.

No mov. 1873.1 a Administradora Judicial declinou da proposta de acordo formulada por Paulo Rogério e Maria Menon no mov. 1863.1, bem como da proposta formulada por Alessandro Silva no mov. 1862.1.

Pedido de destituição da Administradora Judicial, formulado por PAULO ROGÉRIO SPÓSITO no mov. 1875.1 e mov. 1879.1.

Proposta de compra direta formulada por NOSTRO BEEF ALIMENTOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO – EIRELI no mov. 1877.1, com adendos nos movs. 1880.1/1882.1.

Manifestação da Administradora Judicial quanto as petições lançadas após o despacho de mov. 1864.1, no mov. 1883.1.

Pedido de habilitação de crédito no mov. 1884.1.

Pois bem.



Quanto pedido de destituição da Administradora Judicial, formulado por PAULO ROGÉRIO SPÓSITO nos movs. 1875.1 e 1879.1, entende o Ministério Público que o pleito não merece acolhimento. A falência do Frigorífico Larissa se deu em razão da rejeição dos credores ao plano de recuperação judicial que foi apresentado pela própria empresa, não havendo que se discutir a possibilidade de continuidade de suas atividades. Não há nos autos, outrossim, provas suficientes de descumprimento de deveres, omissão, negligência ou prática de ato lesivo às atividades do devedor ou a terceiros por parte da Administradora Judicial a fundamentar a sua destituição do encargo, a qual vem desempenhando o seu papel a contento.

De outro lado, por força da regra de distribuição do ônus da prova, à luz do art. 373, I, do Código de Processo Civil, a prova da alegação incumbirá a quem a fizer.

Assim, inexistindo no presente caso conduta tipificada no art. 31 da Lei 11.101/2005¹, há que se rejeitar os pedidos formulados nos movs. 1875.1 e 1879.1.

Quanto aos pedidos de habilitação de crédito e respectiva prestação de contas pela Administradora Judicial, deverão os credores da massa falida apresentarem requerimento diretamente à Administradora Judicial, sendo necessário previamente o decurso de prazo de habilitação de todos os credores, para posterior apresentação do quadro geral de credores, conforme art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005, publicando-se o edital correspondente. Já quanto ao pedido de prestação de contas, deve ser formulado nos autos próprios, os quais estão apensos ao presente feito.

Em relação às propostas de compra, ante a declinação pela Administradora Judicial tendo em vista que foram feitas após decorrido o prazo de abertura dos envelopes, inexistindo a possibilidade de ser homologada diretamente pelo Juízo (movs. 1873.1 e 1883.1), o Ministério Público concorda com o pedido formulado no mov. 1883.1, para que seja designado novo leilão dos bens.

Por fim, quanto aos demais pedidos formulados pela Administradora Judicial no mov. 1883.1, itens “ii”, “iii” e “iv”, nada tem o Ministério Público a se opor.

Iporã, data e hora da inserção no sistema.

ALAN BOLZAN WITCZAK

Promotor de Justiça

¹Art. 31. O juiz, de ofício ou a requerimento fundamentado de qualquer interessado, poderá determinar a destituição do administrador judicial ou de quaisquer dos membros do Comitê de Credores quando verificar desobediência aos preceitos desta Lei, descumprimento de deveres, omissão, negligência ou prática de ato lesivo às atividades do devedor ou a terceiros.

